

**INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO
PETRÁGLIA**

*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2019 e
Relatório dos Auditores Independentes*

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

	Pág.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 – 3
Balancos patrimoniais	4 - 5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações de resultado - CEBAS Educação Cobrança Mensalidade	7 – 8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11 - 20

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da
INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA
Franca – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020.

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais

ATIVO	Nota	2019	2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição		74.690	51.123
Caixa e equivalentes de caixa – com restrição		-	3
Aplicações financeiras – sem restrição	03	845.085	1.555.603
Aplicações financeiras – com restrição		19.339	12.593
Contas a receber – líquido de provisão		6.991	78.769
Anuidades a receber – líquido de provisão	04	27.378	30.715
Estoques		66.465	72.215
Outros ativos circulantes		24.211	201
Total ativo circulante		<u>1.064.159</u>	<u>1.801.222</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais		36.730	36.730
Títulos a receber - judicial	05	66.567	-
Investimentos em Ações		6.594	6.594
Bens destinados a renda	06	23.632.247	23.664.872
Imobilizado com restrição	07	156.933	176.387
Imobilizado sem restrição	07	6.967.873	7.110.404
Total ativo não circulante		<u>30.866.944</u>	<u>30.994.987</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>31.931.103</u>	<u>32.796.209</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais

PASSIVO	Nota	2019	2018
CIRCULANTE			
Fornecedores		851.691	1.200.000
Obrigações sociais e fiscais	08	120.254	4.961
Provisão de férias e encargos		120.618	59.977
Subvenções Governamentais relacionadas a ativos	09	20.289	15.522
Receitas antecipadas		14.012	-
Outros passivos circulantes		5.842	2.934
Total passivo circulante		<u>1.132.706</u>	<u>1.283.394</u>
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores		-	700.000
Subvenções Governamentais relacionadas a ativos	09	87.701	110.078
Total passivo não circulante		<u>87.701</u>	<u>810.078</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido		<u>30.710.696</u>	<u>30.702.737</u>
Total do patrimônio líquido		<u>30.710.696</u>	<u>30.702.737</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>31.931.103</u>	<u>32.796.209</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e de 2018

Em Reais

RECEITAS	Nota	2019	2018
Aluguéis		1.166.723	1.108.420
Subvenções e auxílios específicos	10	839.888	777.064
Doações		131.357	102.067
Receita de serviços - fazenda		210.016	214.154
Receitas mensalidades escolares - colégio		429.252	275.343
Receitas mensalidades bolsistas		1.335.502	1.236.660
Receita serviços - colégio		130.873	48.998
Financeiras		80.096	190.256
Trabalho voluntário	18	107.435	107.435
Outras receitas		4.087	21.095
Total da receita		4.435.229	4.081.492
(-) Bolsas 100%		(1.335.502)	(1.236.660)
Total das Bolsas		(1.335.502)	(1.236.660)
Total da receita líquida		3.099.727	2.844.832
Aplicação das Gratuidades	17	(1.456.773)	(1.406.849)
Depreciação		(578.982)	(294.686)
Atividades Colégio		(712.476)	(408.899)
Administrativas e gerais		(218.623)	(538.428)
Tributárias		(9.346)	(33.843)
Trabalho voluntário	18	(107.435)	(107.435)
Financeiras		(8.133)	(12.197)
Total das despesas		(3.091.768)	(2.802.337)
Superávit/(déficit) do exercício		7.959	42.495

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Demonstrações do Resultado – CEBAS Educação Cobrança Mensalidade Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais

	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita Bruta de Educação	2.232.084	1.561.001
Mensalidades Alunos Pagantes	765.709	275.343
Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos	1.335.502	1.236.660
Receitas de Serviços	130.873	48.998
(-) Deduções da Receita Bruta de Educação	(1.671.959)	(1.241.071)
Bolsas de Estudos Concedidas	(1.335.502)	(1.236.660)
Descontos Concedidos	(336.457)	(4.411)
Devolução de Mensalidades/Anuidades	-	-
(+) Outras Receitas	810.234	729.012
Convênios	673.850	621.918
Subvenções	5.027	5.027
Doações	131.357	102.067
(+) Receita Bruta de Saúde	-	-
(-) Deduções da Receita Bruta de Saúde	-	-
(+) Outras Receitas	-	-
Convênios	-	-
Subvenções	-	-
Doações	-	-
(+) Receita Bruta de Assistência Social	161.011	150.119
(-) Deduções de Receita Bruta de Assistência Social	-	-
(+) Outras Receitas	161.011	150.119
Convênios	146.586	141.450
Subvenções	14.425	8.669
Doações	-	-
(=) RECEITA LÍQUIDA	1.531.370	1.199.061

Nota:

Na conta "**Mensalidades Concedidas em Bolsa de Estudos**" foram registrados os valores das mensalidades como se recebidas fossem. Todas as bolsas ofertadas foram 100% (Cem por cento) e em turno integral. Na conta "**Bolsa de Estudos Concedidas**" foram contabilizadas todas as deduções referentes à concessão de bolsas.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Demonstrações do Resultado – CEBAS Educação Cobrança Mensalidade Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais

	2019	2018
(-) Custo do Serviço Educacional	(1.236.503)	(914.984)
Despesas com Pessoal	(1.236.503)	(914.984)
Material Didático	-	-
Alimentação	-	-
Transporte	-	-
Uniforme	-	-
Moradia	-	-
Projetos e Atividades – Educação Básica em Tempo	-	-
(-) Custo do Serviço de Saúde	-	-
Assistência Hospitalar Gratuita	-	-
(-) Custo do Serviço de Assistência Social	(192.321)	(133.241)
Assistência Social Gratuita	(192.321)	(133.241)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	102.546	150.836
(-) Despesas Operacionais	(806.951)	(866.957)
Despesas Administrativas	(218.623)	(538.428)
Despesas com Depreciação/Amortização	(578.982)	(294.686)
Outras Despesas	(9.346)	(33.843)
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	71.963	178.059
Receitas Financeiras	80.096	190.256
Despesas Financeiras	(8.133)	(12.197)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	761.019	601.497
Receita serviços - fazenda	210.016	214.154
Receita aluguel	1.166.723	1.108.420
Outras Receitas	4.087	21.095
Voluntariado	107.435	107.435
Voluntariado	(107.435)	(107.435)
Outras Despesas (Diversos)	(619.807)	(742.172)
(+/-) PROVISÕES	(120.618)	(20.940)
(+/-) ISENÇÕES USUFRUÍDAS	-	-
Renúncia Fiscal Obtida	402.127	306.244
Renúncia Fiscal	(402.127)	(306.244)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	7.959	42.495

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Doações Patrimoniais</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Superávit/ (Déficit) Acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>7.078.826</u>	<u>-</u>	<u>23.581.416</u>	<u>-</u>	<u>30.660.242</u>
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(255.418)	-	(255.418)
Transferência para patrimônio social	255.418	-	-	-	255.418
Superávit do exercício	-	-	-	42.495	42.495
Transferência para patrimônio social	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>7.334.244</u>	<u>-</u>	<u>23.325.998</u>	<u>42.495</u>	<u>30.702.737</u>
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(235.770)	-	(235.770)
Transferência para patrimônio social	235.770	-	-	-	235.770
Superávit do exercício	-	-	-	7.959	7.959
Transferência para patrimônio social	42.495	-	-	(42.495)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>7.612.509</u>	<u>-</u>	<u>23.090.228</u>	<u>7.959</u>	<u>30.710.696</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Demonstração de Fluxo de Caixa Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	7.959	42.495
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	578.982	295.265
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	(603.120)	5.193
Redução (aumento) do ativo		
Aplicações financeiras	703.771	1.672.851
Contas a receber	(25.084)	4.166
Outros ativos	21.709	(6.469)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	(1.054.790)	1.900.000
Obrigações sociais e fiscais	117.315	4.561
Provisão de férias	60.641	25.678
Outros passivos	46.618	(2.350)
Receita diferida	(19.452)	(13.600)
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	(132.242)	3.927.790
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de ativo imobilizado	(413.520)	(3.948.503)
Investimento	-	(6.594)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(413.520)	(3.955.097)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Recebimentos de Indenização por Desapropriação	602.535	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	602.535	-
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	23.564	(27.307)
Caixa e equivalentes no início do período	51.126	78.433
Caixa e equivalentes no fim do período	74.690	51.126
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	23.564	(27.307)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação **INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA**, criada por prazo indeterminado, através de testamento, pelo Dr. Antônio Manoel Monteiro Petrágli, entidade de fins filantrópicos, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Franca, Estado de São Paulo, se destina a proteção e amparo de menores carentes de Franca.

Renovação do Certificado protocolado sob nº 71000.0660445/2016-61, DEFERIDO conforme portaria 354/2018, item 27, de 19.12.2018, publicada no D.O.U de 21.12.2018, com validade de 12.08.2016 a 11.08.2019.

2. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Os valores do contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa n.º 05.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2019.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Receitas Antecipadas

Refere-se a recebimentos antecipados de contratos de serviços educacionais que serão prestados durante o exercício de 2020.

h) Gratuidades

Estão demonstradas conforme legislação vigente lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14.

i) Doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência

j) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – SEM RESTRIÇÃO

	2019	2018
Certificado de Depósitos Bancários	845.085	1.555.603
Total	845.085	1.555.603

O Estatuto da Entidade estabelece, como requisito, que os excedentes financeiros deverão ser aplicados integralmente na realização de seus objetivos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio social. Dessa forma, a Diretoria irá utilizar integralmente o saldo acumulado da conta superávit do exercício e dos valores registrados em “Aplicações Financeiras” na consecução do respectivo objeto social, ou seja, serão utilizados em construções, reformas, benfeitorias, aquisição de bens do ativo imobilizado e na atividade fim.

4. ANUIDADES A RECEBER

	2019	2018
Anuidades a receber - 2019		
Anuidades a receber - 2018	50.401	55.869
Total	50.401	55.869
Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(23.023)	(25.154)
Total líquido	27.378	30.715

5. TITULOS A RECEBER - JUDICIAL

	2019	2018
Anuidades a receber - judicial	14.410	-
Alugueis a receber – judicial	52.157	-
Total	65.567	-
Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Total líquido	65.567	-

6. BENS DESTINADOS A RENDA

	2019	2018
Terrenos	5.210.833	5.210.833
Terrenos c/ Edificações	4.860.417	4.860.417
Lotes Urbanos	10.772.793	10.772.793
Imóvel Rural / Terreno Rural	2.767.227	2.799.852
Terrenos – Saldanha Marinho	20.977	20.977
Total	23.632.247	23.664.872

7. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldo</u>
	<u>Anual</u>	<u>31.12.2018</u>				<u>31.12.2019</u>
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<u>Custo</u>						
Edificações	4	2.481.017	-	-	-	2.481.017
Imóveis rua comercio, 1373	4	429.600	-	-	-	429.600
Imóvel rua monsenhor rosa, 1459	4	1.000.000	-	-	-	1.000.000
Imóvel rua monsenhor rosa, 1477	4	2.700.000	-	-	-	2.700.000
Imóvel rua carlos vilhena, 3599	4	-	255.300	-	-	255.300
Benfeitorias	4	356.984	-	-	-	356.984
Máquinas, equip. e instalações	10	138.834	8.044	-	-	146.878
Móveis e utensílios	10	259.566	79.651	-	-	339.217
Veículos	20	30.169	-	-	-	30.169
Computadores e periféricos	20	83.891	4.419	-	-	88.310
Equipamento áudio, vídeo e foto	10	34.506	1.393	-	-	35.899
Instrumentos musicais	10	1.695	-	-	-	1.695
Equipamentos de segurança	10	43.735	584	-	-	44.319
Construção e reforma prédios	10	1.304.633	67.606	-	-	1.372.239
Equipamento Informát c/restrição	10	48.502	-	-	-	48.502
Máquinas equipamentos c/restrição	10	23.940	-	-	-	23.940
Móveis e utensílios c/restrição	10	29.037	-	-	-	29.037
Equip.áudio, vídeo, foto c/restrição	10	1.842	-	-	-	1.842
Veículos c/restrição	20	30.000	-	-	-	30.000
Livros p/ Biblioteca c/restrição	-	22.878	-	-	-	22.878
Terrenos c/edificação c/restrição	2,5	125.666	-	-	-	125.666
Total		9.146.495	416.997	-	-	9.563.492
<u>Depreciação Acumulada</u>						
Edificações		(1.201.213)	(297.130)	-	-	(1.498.343)
Imóveis rua comercio, 1373		(15.038)	(17.184)	-	-	(32.222)
Imóvel rua monsenhor rosa, 1459		(2.611)	(40.000)	-	-	(42.611)
Imóvel rua monsenhor rosa, 1477		(7.049)	(108.000)	-	-	(115.049)
Imóvel rua carlos vilhena, 3599		(0,00)	(2.553)	-	-	(2.553)
Benfeitorias		(110.391)	(35.698)	-	-	(146.089)
Máquinas, equip. e instalações		(104.543)	(14.224)	-	-	(118.767)
Móveis e utensílios		(173.697)	(28.972)	-	-	(202.669)
Veículos		(30.168)	-	-	-	(30.168)
Equipamentos de segurança		(13.242)	(5.069)	-	-	(18.311)
Instrumentos musicais		(1.144)	(169)	-	-	(1.313)
Equipamentos áudio / vídeo		(23.086)	(3.541)	-	-	(26.627)
Computadores e periféricos		(72.040)	(6.989)	-	-	(79.029)
Equip Informática c/restrição		(20.360)	(8.943)	-	-	(29.303)
Máquinas equip c/restrição		(14.938)	(2.394)	-	-	(17.332)
Móveis e utens c/restrição		(9.933)	(2.905)	-	-	(12.838)
Veículos c/restrição		(30.000)	-	-	-	(30.000)
Terrenos c/edif c/restrição		(30.160)	(5.026)	-	-	(35.186)
Equip. áudio, vídeo, foto c/restrição		(91)	(185)	-	-	(276)
Total		(1.859.704)	(578.982)	-	-	(2.438.686)
Total		7.286.791	(161.985)	-	-	7.124.806

A entidade contratou a empresa SBA – Sociedade Brasileira de Avaliadores S/C Ltda para proceder reavaliação de seu ativo imobilizado, a qual emitiu laudo em agosto de 2006, conforme deliberação da lei n.º 6.404/76, no parágrafo 3º combinado com o disposto nos incisos II e IV do parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 6.385/76. O saldo da reserva de reavaliação da Entidade será mantido até a sua realização por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda. A possibilidade de reavaliação espontânea de bens a partir de 2008 foi eliminada com as alterações introduzidas na legislação societária brasileira.

8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2019	2018
Salários a pagar	91.581	-
INSS a recolher	13.400	751
FGTS a recolher	13.595	952
IRRF a recolher	1.559	3.114
Contribuição confederativa/assistencial	119	144
Total	<u>120.254</u>	<u>4.961</u>

9. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS RELACIONADAS A ATIVOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	2019	2018
Passivo Circulante	20.289	15.522
Passivo Não Circulante	87.701	110.078
Total	<u>107.990</u>	<u>125.600</u>

10. SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS ESPECÍFICOS

	2019	2018
Convênio Municipal SME Lei 7.977/13	673.850	621.918
Convenio Municipal SEDAS Lei 8.332/15	146.586	141.450
Convenio Municipal Medida Parlamentar 69/17 - Informática	2.068	-
Auxílio SEDAS Convênio 27/2018 – imobilizado	184	-
Auxílio Estadual SEDHAS Convênio 554/12 – imobilizado	11.022	8.014
Auxílio Municipal SME Lei 7.623/11 – imobilizado	5.027	5.027
Auxílio SEDAS Convênio 154/16 – imobilizado	1.151	655
Total	<u>839.888</u>	<u>777.064</u>

11. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, PIS sobre folha de pagamento, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

12. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2019 e de 2018, correspondem aos montantes de R\$402.127 e de R\$306.244, respectivamente.

13. CONTINGÊNCIAS

A Entidade está sujeita à contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as possibilidades de eventuais perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a opinião de seus assessores legais e os demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como a natureza dos processos e a experiência histórica.

14. IMUNIDADE COFINS

Atualmente há discussão jurídica se COFINS é devida ou não para as entidades sem fins lucrativos e filantrópicos. Por tratar-se de assunto que poderá ser regulamentado, a Administração optou em não constituir provisão.

15. DECISÃO JUDICIAL – IMUNIDADE PIS

A entidade está recolhendo através de depósito judicial os valores decorrentes de PIS sobre folha de pagamento com base em Decisão Judicial mediante o processo nº 0003573-35.2011.403.6113. Dessa forma, a Administração optou em não constituir provisão.

16. APLICAÇÃO EM SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONVÊNIO ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

16.1. APLICAÇÃO EM SUBVENÇÕES E CONVÊNIO

EXERCÍCIO					2019	2018	
Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Valores recebidos R\$	Rendimentos aplicação financeira	Valores aplicados em despesas R\$	Valores recebidos R\$	Valores aplicados em despesas R\$
Termo Colaboração nº 90/2018 - Secretaria Municipal de Educação – SME	Colaboração e articulação entre o poder público e a organização da sociedade civil para operacionalização de uma política pública de Educação Infantil	Termo de Colaboração mútua celebrado com o município, para atendimento de crianças de 03 anos a 05 anos e 11 meses, na educação básica em tempo integral.	-	-	-	307.392	292.324
Termo Colaboração nº 207/2018 - Secretaria Municipal de Educação – SME	Colaboração e articulação entre o poder público e a organização da sociedade civil para operacionalização de uma política pública de Educação Infantil	Termo de Colaboração mútua celebrado com o município, para atendimento de crianças de 03 anos a 05 anos e 11 meses, na educação básica em tempo integral.	673.850	971	663.661	314.526	306.155
Termo Colaboração nº 27/2018 - Secretaria Municipal de Ação Social – SEDAS	Execução de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes e idosos.	Serviço ofertado para crianças e adolescentes de 06 anos a 17 anos e 11 meses e respectivas famílias em observância à tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.	-	-	-	70.725	57.020
Termo Colaboração nº 210/2018 - Secretaria Municipal de Ação Social – SEDAS	Execução de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes e idosos.	Serviço ofertado para crianças e adolescentes de 06 anos a 17 anos e 11 meses e respectivas famílias em observância à tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.	146.586	185	137.436	70.725	67.249
Total			820.436	1.156	801.097	763.368	722.748

6.2. APLICAÇÃO EM AUXÍLIOS E CONVÊNIO

EXERCÍCIO			2019		2018	
Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Valores recebidos R\$	Valores aplicados em despesas R\$	Valores recebidos R\$	Valores aplicados em despesas R\$
Projeto de Acesso à Informação. Emenda Parlamentar nº 69/2017. Secretaria Municipal de Ação Social – SEDAS	Emenda Parlamentar nº 69/2017. "3213 – Subvenções e Auxílios – Recurso Fundo Municipal da Criança". Projeto de Acesso à Informação. Aquisição de Equipamentos de Informática e Materiais.	O projeto tem por objetivo a aquisição de equipamentos e materiais, aprimorar a capacidade informacional e comunicação física e virtual dos serviços socioassistenciais executados pela Entidade.	2.068	2.068	-	-
Auxílio Secretaria Municipal de Ação Social – SEDAS (Termo de Convênio 210/2018)	Aquisição de Áudio, Vídeo e Foto para aperfeiçoamento das atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.	Instalação dos equipamentos nas dependências físicas da Instituição, destinados ao atendimento das crianças e famílias usuárias dos serviços socioassistenciais.	184	184	-	-
Auxílio Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS (Convênio 554/12)	Aquisição de equipamentos diversos para aperfeiçoamento das atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.	Instalação dos equipamentos nas dependências físicas da Instituição, destinados ao atendimento das crianças e famílias usuárias dos serviços socioassistenciais.	11.022	11.022	8.014	8.014
Convênio Secretaria Municipal de Ação Social - Sedas (Convênio 154/16)	Aquisição de equipamentos diversos para aperfeiçoamento das atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.	Instalação dos equipamentos nas dependências físicas da Instituição, destinados ao atendimento das crianças e famílias usuárias dos serviços socioassistenciais	1.151	1.151	655	655
Auxílio Secretaria Municipal de Educação – SME (Lei 7.623/11)	Obras de reforma, ampliação, acessibilidade e sistema de combate a incêndio nas dependências físicas da Infacape.	Adequação do espaço físico da Instituição, para atendimento das crianças beneficiárias, conforme determina a legislação aplicável.	5.027	5.027	5.027	5.027
Total			19.452	19.452	13.696	13.696

17. APLICAÇÃO DAS GRATUIDADES

Para atender os requisitos da legislação vigente lei n.º 12.101/09 e decreto n.º 8.242/14 a Entidade efetuou os seguintes procedimentos em gratuidades:

Exercício de 2019 - Valores demonstrados em Reais – R\$

<u>Área</u>	<u>Gratuidades</u>	<u>Receitas</u>	<u>Receitas</u>	<u>Total</u>	<u>Quantidade</u>
	<u>Realizadas</u>	<u>Públicas de</u>	<u>Próprias</u>	<u>Despesas</u>	<u>De atendidos</u>
		<u>Custeio</u>			
Educação	1.264.451	(673.850)	(590.601)	1.264.451	131
Assistência Social	192.322	(146.586)	(45.736)	192.322	50
Total	1.456.773	(820.436)	(636.337)	1.456.773	181

Exercício de 2018 - Valores demonstrados em Reais – R\$

<u>Área</u>	<u>Gratuidades</u>	<u>Receitas</u>	<u>Receitas</u>	<u>Total</u>	<u>Quantidade</u>
	<u>Realizadas</u>	<u>Públicas de</u>	<u>Próprias</u>	<u>Despesas</u>	<u>De atendidos</u>
		<u>Custeio</u>			
Educação	1.209.609	(621.918)	(587.691)	1.209.609	131
Assistência Social	197.240	(141.450)	(55.790)	197.240	50
Total	1.406.849	(763.368)	(643.481)	1.406.849	181

Os valores referentes as receitas de subvenções e auxílios públicos e as receitas próprias da entidade, foram 100% aplicadas em gratuidades, conforme demonstrado acima.

18. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante os exercícios de 2019 e de 2018 a Entidade apurou um custo de R\$ 107.435 e de R\$ 107.435, respectivamente decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

19. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade contratou seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir possíveis perdas com incêndio, danos elétricos, roubo de bens, etc.

21. DEMONSTRAÇÃO DA GRATUIDADE

Para atender os requisitos da legislação vigente lei n.º 12.101/09 e alterações decreto n.º 8.242/14 a Entidade está demonstrando abaixo quadro de gratuidades:

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013) Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017		
		Educação Básica
Total de alunos matriculados (a)		209
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	Io	0
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	Id	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	It	106
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	lpro	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	lpg	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I	106
Outras bolsas integrais (b)		25
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)		0
Alunos inadimplentes (d)		0
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	184
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ppg	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	0
Numero total de bolsas integrais equivalentes	B	148
Outras bolsas parciais		0
Cálculo dos benefícios complementares		
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R\$ 429.252,00
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	209
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 0,00
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		49
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	0
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		Art. 13
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido